



PORTUGAL É A PÁTRIA DOS SEUS HERÓIS HISTÓRICOS, E, SOBRETUDO, DOS ANÓNIMOS - OS PORTUGUESES!

Portugal é a Terra, a Pátria, dos Portugueses: os jovens, os trabalhadores, os licenciados, os soldados, os marinheiros (muita da história deste nobre povo é de soldados, marinheiros e missionários) os intelectuais, os indigentes, os empresários, os idosos, a diáspora, numa palavra, Portugal é obra de todos os concidadãos portugueses que vivem em Portugal e os que estão espalhados pelos quatro cantos do Mundo.

Não ter esta visão e este conceito inscrito de Portugal e dos Portugueses, pode ser um grave sintoma de apatia patriótica, e no caso de qualquer governante quiçá uma patologia da mais profunda gravidade que só pode ter uma consequência política letal, neste nobre país – Portugal.

Ninguém neste Portugal fundado por D. Afonso Henriques está a mais. Todos vivemos e inscrevemos no mais fundo das nossas almas e corações as grandes gestas do nosso povo: a glória da Fundação, a Vitória da Revolução de 1383; os Descobrimientos; a Restauração; o Renascimento de Portugal no 5 de Outubro de 1910; a Conquista da Liberdade e a iniciação do regime democrático em 25 de Abril 74; e ainda os grandes sucessos nas ciências, na arte e na cultura e essa grandiosa e única

experiência da nossa diáspora que tanto honra Portugal pelo Mundo. Todas estas gentes e feitos são Portugal.

Este Portugal secular, nobre, valente não pode nunca sucumbir sob as ameaças e garrotes de qualquer natureza, hoje, com mais ênfase o financeiro, de quem nos queira reduzir a semi-escravos; não se pode tornar volátil sem portugueses, por causa de erros de más governações; exploração desenfreada e impiedosa dos braços das mulheres e homens portugueses; desprezo pelo valor e o mérito dos que ganharam competências académicas nas universidades portuguesas ou do mundo; ódio ao diferente, à liberdade e à crítica; abandono de idosos, desempregados e doentes, e, ainda, com maior força, não pode deixar de ser o Portugal dos portugueses (o Portugal que amamos e servimos) só porque, uma percentagem mínima de Portugueses quer que este país seja uma sua quinta, para o retalhar e partilhar com o capitalismo especulativo internacional.

NÃO! ISTO NÃO PODEMOS PERMITIR QUE ACONTEÇA.

Portugal é nosso, e ninguém da gente deste povo, nos pode, por deter riqueza, ou poder conjuntural determinar que desistamos de Portugal, e que, ao invés de lutar pela sua grandiosidade, nos subjuguemos aos ditames estrangeiros da sua destruição, através dos poderes constituídos, que de um modo autista, não ouvem a crítica justa e, desesperadamente, apontam, para os que lutam, por mais e melhor Portugal, a porta de saída da Pátria que é nossa.

Portugal é onde nascemos, e a maioria quer viver e morrer nesta nossa terra, isto, é um nosso direito, e quem quiser emigrar, tem esse direito, mas deve fazê-lo, não porque a sua Mãria se tornou madrasta, mas sim porque, um cidadão do Mundo e do Universo, pode fazer-se a qualquer recanto do cosmos.

Sendo um direito dos Portugueses nascer, viverem e morrerem em Portugal, cabe a cada Português fazer o melhor que sabe e pode, para

engrandecer e servir o seu país com suor, lágrimas e dor, e todos sabemos que é de um modo quase universal assim.

As vivências de superior sacrifício conhecem bem os mineiros; os trabalhadores da construção civil; as mulheres que trabalham nos serviços de limpeza dos estabelecimentos que logo às 5 h da manhã saem apressadas das camionetas, em direcção aos locais de trabalho; os soldados e marinheiros; os médicos, enfermeiros e outro pessoal do SNS; os investigadores; os bombeiros e polícias; os professores; os voluntários, os empresários competentes e pessoas de bem, isto é, quase todo o Povo, ficando de fora uma minoria de párias, conseqüentemente, somos um grande Povo que motivado faz das tripas alimento – os tripeiros – para salvar a sua cidade e o seu País.

Sendo historicamente e, hoje, assim, o nosso povo, compete, como dever inalienável aos governos, aos empresários, aos líderes, aos banqueiros, à comunicação social criarem as condições necessárias para que Portugal seja a casa, a Pátria, a Mãria, de todos os portugueses, e só criadas as condições mínimas para a nossa independência, a sobrevivência e o desenvolvimento, cada um de nós poderá questionar-se sobre o que pode fazer pelo seu país,.

Se os governos enjaitarem esta responsabilidade, à pergunta do que cada um pode fazer pelo seu país, nas circunstâncias dos poderes não cumprirem e rasgarem o contrato social e patriótico que têm com o seu povo, enfatiza-se até ao limite este trágico circunstancialismo, ao povo, neste catastrófico cenário, volta-se a sublinhar este aspecto último de catástrofe, nada mais lhe restará que preparar-se, como em qualquer parte do mundo, desde a Tunísia, à Eslovénia, para **a REVOLUÇÃO**, para **MORRER ou SALVAR PORTUGAL**. Historicamente não se vislumbra que outro possa ser o caminho.

Este pacto, este dever, dos governantes para com o país, é ferido quando se aponta aos licenciados o caminho da emigração. O caminho pode e deve ser outro, o do desenvolvimento interno e, ou uma emigração apoiada e acompanhada pelo estado, no sentido da protecção daqueles

que partem por causa da nossa exiguidade e politicas erradas que devem ser resolvidas, de modo a trazerem de regresso os que tiveram de em dado momento fazerem uma carreira internacional que integrada num plano de vida e profissional trás vantagens para o próprio e para o país - Assim, sim, de outro modo Não - é um vilipêndio.

Neste mesmo registo não pode o Sr. Ministro da Defesa considerar que estão a mais os que criticam a actual situação militar, como se fossem cidadãos sem vocação para servirem o seu país nas Forças Armadas.

Não o pode, porque é um libelo universal que se torna num insulto, mas também por uma questão de coerência moral. Ninguém o poderá compreender, em nenhuma circunstância seria compreensível, mas muito menos, depois de há tão pouco tempo, ter exaltado tanto a nobreza dos militares que fizeram a guerra, que em muitos momentos morderam a língua, lamberam o pó do chão, para evitar mais mortos e feridos, muitos por falta de meios e má condução da guerra, o que, por activamente criticarem tais erros, os militares, fizeram o 25 de Abril, que muito claramente, na Associação de Deficientes das Forças Armadas, o mesmo Sr. Ministro, exaltou pelo benefício que trouxe para o país e para a sua pessoa.

O facto do Sr. Ministro não ter ido à guerra, como muitos outros cidadãos, abriu-lhe a grande e feliz probabilidade de ser marido e pai, e, também ministro, o que, na circunstância contrária podia não acontecer, porque qualquer um poderia ter o azar de engrossar a cifra de 10 mil mortos e 30 mil feridos de guerra, para além da cifra desconhecida das vítimas com stress pós traumático.

Em conclusão, por razões históricas, morais, de justiça e mesmo de coerência o Sr. Ministro da Defesa nunca deveria ter-se pronunciado tão precocemente e de um modo afrontoso sobre as matérias da vocação dos militares e da sustentabilidade das Forças Armadas.

O SR. Ministro tem todo o direito de ter dúvidas sobre a vocação dos militares, ou da sustentabilidade das Forças Armadas, mas antes de se

pronunciar sobre tais assuntos, como sobre aspectos da cultura organizacional, tal o caso da antiguidade, tem, antes de mais, de conhecer muito bem e reconhecer o problema. Só depois de clarificadas as suas dúvidas deve agir com determinação, para resolver qualquer que seja o problema e por mais duras que sejam as medidas, se devidamente fundamentadas nos Deveres que tem para com o país e as Forças Armadas, fora deste exigente contexto **pronunciar-se depreciativamente sobre as Forças Armadas, além de muito grave e insultuoso, é uma originalidade portuguesa, mas por o ser, a torna mais grave, no momento de crise que vivemos, para cuja solução o papel das Forças Armadas é sempre significativo e, poderá mesmo ser determinante.**

Nesta pirâmide de “inoportunidades infelizes e infelicidades inoportunas” a referência do Sr. Primeiro-ministro à pseudo pieguice dos portugueses, mesmo no contexto que foi pronunciada e para os objectivos pretendidos, só pode relevar de uma ideia consciente ou subconsciente de mediocridade em relação à generalidade dos portugueses, como é compreensível por todos, em termos lógicos, e psicológicos pelos técnicos, vejamos, se alguém está num meio de sujeitos que considera heróicos, corajosos só por um complexo narcisista diria a essas pessoas nunca sejam cobardes.

Só alguém que se julga com mais provas dadas que a generalidade de nós pode falar em piegas, porque o mais correcto seria exaltar as qualidades de quem nunca se dá por vencido, e ainda as reforçar numa situação de maior dificuldade.

O que o Sr. Primeiro Ministro disse, faz também sentido em relação à valorização pessoal que dá ao seu trajecto, que todavia não é a excepção, mas é a regra, por tudo isto, sendo piegas, somente os que nada fazem e só gritam as suas dores, o Sr. Primeiro Ministro, deu mais uma mensagem errada para o país, no sentido de ser interpretado de que, quem não seguir o seu voluntarismo e crença, é um piegas.

De facto a crença e o voluntarismo do Sr. Primeiro Ministro são EXTRAORDINÁRIOS, só que as suas políticas não são justas em muitos domínios, não têm futuro, e apontam para um maior endividamento por causa do serviço da dívida, empobrecimento do país, e, perante este cenário, esqueceu o Sr. Primeiro-Ministro, que o lambe o chão, o cerrar os dentes, a determinação têm de ser postas nos gritos e nas lutas contra estas políticas de desastre Nacional e europeu.

Será um erro de matriz totalitária pensar que a crítica é falta de vocação por Portugal, ou profissional; ou que todas as críticas são instrumentalizadas pelos partidos, subentenda-se o Partido Comunista (PCP) e Bloco de Esquerda (BE) - eventualmente seria também o Partido Socialista (PS), mas não se deve sequer equacionar esta hipótese, porque de facto o PS está perdido em combate.

O poder parece estar numa atitude que muitos têm referido de recordação, ou pesadelo sobre um renascimento do PREC, no sentido de que este foi o produto da instrumentalização do Movimento das Forças Armadas pelo PCP, o que, levou ao que todos conhecemos, com o afastamento de militares aprioristicamente listados como membros ou afectos ao PCP.

Acusação que foi um erro ignóbil, porque **cumprir missões em condições concretas, com a justiça possível, ao serviço dos que precisam de pão, habitação e dignidade, não é estar ao serviço de nenhum partido, mas das Forças Armadas, no seu contrato umbilical com o povo,** o que, então, ainda era mais notório ao nível dos jovens capitães e tenentes que cumpriam as directivas dimanadas dos Governos para o Comando das Forças Armadas e deste para os militares, em geral.

PORTUGAL E OS PORTUGUESES VENCERÃO, MAS A CONDIÇÃO NÚMERO UM É SERMOS DIRIGIDOS POR UM GOVERNO AO SERVIÇO DE PORTUGAL E DE TODOS OS PORTUGUESES; E QUE NA SUA SOLIDARIEDADE COM OUTROS PAÍSES ALTERE AS MÁS POLÍTICAS DO EIXO BONA-PARIS, SOBRETUDO DE BONA QUE, EM ALTURA DE CRISE, NEGOCIOU DESPESA ODIOSA COM A GRÉCIA E PORTUGAL, LOGO NÃO SE

PODE QUEIXAR MUITO. IMPORTA RECORDAR O DIREITO INTERNACIONAL - O CAPÍTULO DA DESPESA ODIOSA – QUE JÁ FOI ACCIONADO PELOS EUA, E LIBERTA OS PAÍSES DE A PAGAREM AOS CREDORES, POR TEREM AVALIZADO NEGÓCIOS ESPECULATIVOS E, OU PARA ALÉM DAS COMPETÊNCIAS DO EXERCÍCIO NORMAL DA GOVERNAÇÃO – EXEMPLO PRIVATIZAÇÕES, NÃO REFERENDADAS PELAS POPULAÇÕES.

9 de Fevereiro 2012

andrade da silva

PS: Na próxima sexta, se entretanto, outros acontecimentos não surgirem falarei da formação de um governo constitucional de emergência na pré-situação de crise grave. Na situação de crise muito grave provavelmente o governo de Emergência Nacional far-se-ia numa situação atípica, de estado de sítio, desde que a Constituição ainda vigore. Obviamente que não passa por aqui nenhuma arte de adivinhação, mas de reflexão e de alerta para mudar o RUMO das coisas, sem perder a Direcção.